

No. 40442

Multilateral

Framework Agreement on the environment of Mercosur (with annex). Asunción, 22 June 2001

Entry into force: *23 June 2004, in accordance with article 9 (see following page)*

Authentic texts: *Portuguese and Spanish*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *Paraguay, 9 July 2004*

Multilatéral

Accord-cadre relatif à l'environnement du Mercosur (avec annexe). Asunción, 22 juin 2001

Entrée en vigueur : *23 juin 2004, conformément à l'article 9 (voir la page suivante)*

Textes authentiques : *portugais et espagnol*

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : *Paraguay, 9 juillet 2004*

Participant	Ratification
Argentina	24 May 2004
Brazil	9 Oct 2003
Paraguay	20 Feb 2003
Uruguay	24 May 2004

Participant	Ratification
Argentine	24 mai 2004
Brésil	9 oct 2003
Paraguay	20 févr 2003
Uruguay	24 mai 2004

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

ACORDO-QUADRO SOBRE MEIO AMBIENTE DO MERCOSUL

PREÂMBULO

A República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai, doravante denominadas Estados Partes:

RESSALTANDO a necessidade de cooperar para a proteção do meio ambiente e para a utilização sustentável dos recursos naturais, com vistas a alcançar a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento econômico, social e ambiental sustentável;

CONVENCIDOS dos benefícios da participação da sociedade civil na proteção do meio ambiente e na utilização sustentável dos recursos naturais;

RECONHECENDO a importância da cooperação entre os Estados Partes com o objetivo de apoiar e promover a implementação de seus compromissos internacionais em matéria ambiental, observando a legislação e as políticas nacionais vigentes;

REAFIRMANDO os preceitos do desenvolvimento sustentável preconizados na Agenda 21, adotada na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992;

CONSIDERANDO que as políticas comerciais e ambientais devem complementar-se para assegurar o desenvolvimento sustentável no âmbito do MERCOSUL;

CONVENCIDOS da importância de um marco jurídico que facilite a efetiva proteção do meio ambiente e o uso sustentável dos recursos naturais dos Estados Partes.

ACORDAM:

CAPÍTULO I Princípios

Art. 1° Os Estados Partes reafirmam seu compromisso com os princípios enunciados na Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, de 1992.

Art. 2° Os Estados Partes analisarão a possibilidade de instrumentalizar a aplicação dos princípios da Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, de 1992, que não tenham sido objeto de tratados internacionais.

Art. 3° Em suas ações para alcançar o objetivo deste Acordo e implementar suas disposições, os Estados Partes deverão orientar-se, *inter alia*, pelo seguinte:

- a) promoção da proteção do meio ambiente e aproveitamento mais eficaz dos recursos disponíveis mediante a coordenação de políticas setoriais, com base nos princípios de gradualidade, flexibilidade e equilíbrio;

- b) incorporação da componente ambiental nas políticas setoriais e inclusão das considerações ambientais na tomada de decisões que se adotem no âmbito do MERCOSUL, para fortalecimento da integração;
- c) promoção do desenvolvimento sustentável por meio do apoio recíproco entre os setores ambientais e econômicos, evitando a adoção de medidas que restrinjam ou distorçam de maneira arbitrária ou injustificável a livre circulação de bens e serviços no âmbito do MERCOSUL;
- d) tratamento prioritário e integral às causas e fontes dos problemas ambientais;
- e) promoção da efetiva participação da sociedade civil no tratamento das questões ambientais; e
- f) fomento à internalização dos custos ambientais por meio do uso de instrumentos econômicos e regulatórios de gestão.

CAPÍTULO II

Objetivo

Art. 4° O presente Acordo tem como objetivo o desenvolvimento sustentável e a proteção do meio ambiente mediante a articulação entre as dimensões econômica, social e ambiental, contribuindo para uma melhor qualidade do meio ambiente e de vida das populações.

CAPÍTULO III

Cooperação em Matéria Ambiental

Art. 5° Os Estados Partes cooperarão no cumprimento dos acordos internacionais que contemplem matéria ambiental dos quais sejam parte. Esta cooperação poderá incluir, quando se julgar conveniente, a adoção de políticas comuns para a proteção do meio ambiente, a conservação dos recursos naturais, a promoção do desenvolvimento sustentável, a apresentação de comunicações conjuntas sobre temas de interesse comum e o intercâmbio de informações sobre posições nacionais em foros ambientais internacionais.

Art. 6° Os Estados Partes aprofundarão a análise dos problemas ambientais da sub-região, com a participação dos organismos nacionais competentes e das organizações da sociedade civil, devendo implementar, entre outras, as seguintes ações:

- a) incrementar o intercâmbio de informação sobre leis, regulamentos, procedimentos, políticas e práticas ambientais, assim como seus aspectos sociais, culturais, econômicos e de saúde, em particular aqueles que possam afetar o comércio ou as condições de competitividade no âmbito do MERCOSUL;
- b) incentivar políticas e instrumentos nacionais em matéria ambiental, buscando otimizar a gestão do meio ambiente;

- c) buscar a harmonização das legislações ambientais, levando em consideração as diferentes realidades ambientais, sociais e econômicas dos países do MERCOSUL;
- d) identificar fontes de financiamento para o desenvolvimento das capacidades dos Estados Partes, visando a contribuir com a implementação do presente Acordo;
- e) contribuir para a promoção de condições de trabalho ambientalmente saudáveis e seguras para, no marco de um desenvolvimento sustentável, possibilitar a melhoria da qualidade de vida, o bem-estar social e a geração de emprego;
- f) contribuir para que os demais foros e instâncias do MERCOSUL considerem adequada e oportunamente os aspectos ambientais pertinentes;
- g) promover a adoção de políticas, processos produtivos e serviços não degradantes do meio ambiente;
- h) incentivar a pesquisa científica e o desenvolvimento de tecnologias limpas;
- i) promover o uso de instrumentos econômicos de apoio à execução das políticas para a promoção do desenvolvimento sustentável e a proteção do meio ambiente;
- j) estimular a harmonização das diretrizes legais e institucionais com o objetivo de prevenir, controlar e mitigar os impactos ambientais nos Estados Partes, com especial atenção às áreas fronteiriças;
- k) prestar, de forma oportuna, informações sobre desastres e emergências ambientais que possam afetar os demais Estados Partes e, quando possível, apoio técnico e operacional;
- l) promover a educação ambiental formal e não formal e fomentar conhecimentos, hábitos de conduta e a integração de valores orientados às transformações necessárias ao alcance do desenvolvimento sustentável no âmbito do MERCOSUL;
- m) considerar os aspectos culturais, quando pertinente, nos processos de tomada de decisão em matéria ambiental; e
- n) desenvolver acordos setoriais, em temas específicos, conforme seja necessário para a consecução do objetivo deste Acordo.

Art. 7º Os Estados Partes acordarão pautas de trabalho que contemplem as áreas temáticas previstas como Anexo do presente instrumento, as quais são de caráter enunciativo e serão desenvolvidas em consonância com a agenda de trabalho ambiental do MERCOSUL.

CAPÍTULO IV
Disposições Gerais

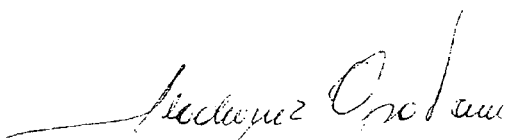
Art. 8° As controvérsias que surgirem entre os Estados Partes com relação à aplicação, interpretação ou descumprimento das disposições contempladas no presente Acordo serão resolvidas por meio do sistema de solução de controvérsias vigente no MERCOSUL.

Art. 9° O presente Acordo terá vigência indefinida e entrará em vigor num prazo de 30 (trinta) dias depois do depósito do quarto instrumento de ratificação.

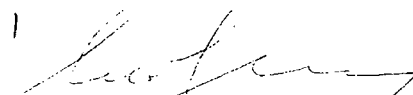
Art. 10° A República do Paraguai será a depositária do presente Acordo e demais instrumentos de ratificação.

Art. 11° A República do Paraguai notificará aos Governos dos demais Estados Partes a data do depósito dos instrumentos de ratificação e a data de entrada em vigor do presente Acordo.

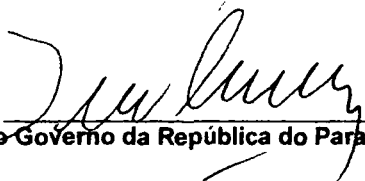
Feito na cidade de Assunção, em 22 de junho de 2001, em um original, no idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.



Pelo Governo da República Argentina



Pelo Governo da República Federativa do Brasil



Pelo Governo da República do Paraguai



Pelo Governo da República do Uruguai

ANEXO ÁREAS TEMÁTICAS

1. **Gestão sustentável dos recursos naturais**
 - 1.a. fauna e flora silvestres
 - 1.b. florestas
 - 1.c. áreas protegidas
 - 1.d. diversidade biológica
 - 1.e. biossegurança
 - 1.f. recursos hídricos
 - 1.g. recursos ictícolas e aqüícolas
 - 1.h. conservação do solo

2. **Qualidade de vida e planejamento ambiental**
 - 2.a. saneamento básico e água potável
 - 2.b. resíduos urbanos e industriais
 - 2.c. resíduos perigosos
 - 2.d. substâncias e produtos perigosos
 - 2.e. proteção da atmosfera/qualidade do ar
 - 2.f. planejamento do uso do solo
 - 2.g. transporte urbano
 - 2.h. fontes renováveis e/ou alternativas de energia

3. **Instrumentos de política ambiental**
 - 3.a. legislação ambiental
 - 3.b. instrumentos econômicos
 - 3.c. educação, informação e comunicação ambiental
 - 3.d. instrumentos de controle ambiental
 - 3.e. avaliação de impacto ambiental
 - 3.f. contabilidade ambiental
 - 3.g. gerenciamento ambiental de empresas
 - 3.h. tecnologias ambientais (pesquisa, processos e produtos)
 - 3.i. sistemas de informação
 - 3.j. emergências ambientais
 - 3.k. valoração de produtos e serviços ambientais

4. **Atividades produtivas ambientalmente sustentáveis**
 - 4.a. ecoturismo
 - 4.b. agropecuária sustentável
 - 4.c. gestão ambiental empresarial
 - 4.d. manejo florestal sustentável
 - 4.e. pesca sustentável

[SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL]

ACUERDO MARCO SOBRE MEDIO AMBIENTE DEL MERCOSUR

PREAMBULO

La República Argentina, la República Federativa del Brasil, la República del Paraguay y la República Oriental del Uruguay, en adelante denominadas los Estados Partes:

RESALTANDO la necesidad de cooperar para la protección del medio ambiente y la utilización sustentable de los recursos naturales, con vistas a alcanzar una mejor calidad de vida y un desarrollo económico, social y ambiental sustentables;

CONVENCIDOS de los beneficios de la participación de la sociedad civil en la protección del medio ambiente y en la utilización sustentable de los recursos naturales;

RECONOCIENDO la importancia de la cooperación entre los Estados Partes con el objetivo de apoyar y promover la implementación de sus compromisos internacionales en materia ambiental, observando la legislación y las políticas nacionales vigentes;

REAFIRMANDO los preceptos de desarrollo sustentable previstos en la Agenda 21, adoptada en la Conferencia de las Naciones Unidas sobre Medio Ambiente y Desarrollo en 1992;

CONSIDERANDO que las políticas comerciales y ambientales deben complementarse, para asegurar el desarrollo sustentable en el ámbito del MERCOSUR;

CONVENCIDOS de la importancia de un marco jurídico que facilite la efectiva protección del medio ambiente y el uso sustentable de los recursos naturales de los Estados Partes.

ACUERDAN:

CAPITULO I

Principios

Art. 1° Los Estados Partes reafirman su compromiso con los principios enunciados en la Declaración de Río de Janeiro sobre Medio Ambiente y Desarrollo de 1992.

Art. 2° Los Estados Partes analizarán la posibilidad de instrumentar la aplicación de aquellos principios de la Declaración de Río de Janeiro sobre Medio Ambiente y Desarrollo de 1992, que no hayan sido objeto de tratados internacionales.

Art. 3° En sus acciones para alcanzar el objeto de este Acuerdo e implementar sus disposiciones, los Estados Partes deberán orientarse, *inter alia*, por lo siguiente:

- a) promoción de la protección del medio ambiente y del aprovechamiento más eficaz de los recursos disponibles mediante la coordinación de políticas sectoriales, sobre la base de los principios de gradualidad, flexibilidad y equilibrio;

- b) incorporación del componente ambiental en las políticas sectoriales e inclusión de las consideraciones ambientales en la toma de decisiones que se adopten en el ámbito del MERCOSUR, para el fortalecimiento de la integración;
- c) promoción del desarrollo sustentable por medio del apoyo recíproco entre los sectores ambientales y económicos, evitando la adopción de medidas que restrinjan o distorsionen, de manera arbitraria o injustificada, la libre circulación de bienes y servicios en el ámbito del MERCOSUR;
- d) tratamiento prioritario e integral de las causas y las fuentes de los problemas ambientales;
- e) promoción de una efectiva participación de la sociedad civil en el tratamiento de las cuestiones ambientales; y
- f) fomento a la internalización de los costos ambientales mediante el uso de instrumentos económicos y regulatorios de gestión.

CAPITULO II

Objeto

Art. 4° El presente Acuerdo tiene por objeto el desarrollo sustentable y la protección del medio ambiente, mediante la articulación de las dimensiones económicas, sociales y ambientales, contribuyendo a una mejor calidad del ambiente y de la vida de la población.

CAPITULO III

Cooperación en Materia Ambiental

Art. 5° Los Estados Partes cooperarán en el cumplimiento de los acuerdos internacionales que contemplen materia ambiental de los cuales sean parte. Esta cooperación podrá incluir, cuando se estime conveniente, la adopción de políticas comunes para la protección del medio ambiente, la conservación de los recursos naturales, la promoción del desarrollo sustentable, la presentación de comunicaciones conjuntas sobre temas de interés común y el intercambio de información sobre las posiciones nacionales en foros ambientales internacionales.

Art. 6° Los Estados Partes profundizarán el análisis de los problemas ambientales de la subregión con la participación de los organismos nacionales competentes y de las organizaciones de la sociedad civil, debiendo implementar, entre otras, las siguientes acciones:

- a) incrementar el intercambio de información sobre leyes, reglamentos, procedimientos, políticas y prácticas ambientales así como sus aspectos sociales, culturales, económicos y de salud, en particular, aquellos que puedan afectar al comercio o las condiciones de competitividad en el ámbito del MERCOSUR;

- b) incentivar políticas e instrumentos nacionales en materia ambiental, buscando optimizar la gestión del medio ambiente;
- c) buscar la armonización de las legislaciones ambientales, considerando las diferentes realidades ambientales, sociales y económicas de los países del MERCOSUR;
- d) identificar fuentes de financiamiento para el desarrollo de las capacidades de los Estados Partes, a efectos de contribuir con la implementación del presente Acuerdo;
- e) contribuir a la promoción de condiciones de trabajo ambientalmente saludables y seguras para que, en el marco de un desarrollo sustentable, se posibilite mejorar la calidad de vida, el bienestar social y la generación de empleo;
- f) contribuir para que los demás foros e instancias del MERCOSUR consideren adecuada y oportunamente los aspectos ambientales pertinentes;
- g) promover la adopción de políticas, procesos productivos y servicios no degradantes del medio ambiente;
- h) incentivar la investigación científica y el desarrollo de tecnologías limpias;
- i) promover el uso de instrumentos económicos de apoyo a la ejecución de las políticas para la promoción del desarrollo sustentable y la protección del medio ambiente;
- j) estimular la armonización de las directrices legales e institucionales, con el objeto de prevenir, controlar y mitigar los impactos ambientales en los Estados Partes, con especial referencia a las áreas fronterizas;
- k) brindar, en forma oportuna, información sobre desastres y emergencias ambientales que puedan afectar a los demás Estados Partes, y cuando fuere posible, apoyo técnico y operativo;
- l) promover la educación ambiental formal y no formal y fomentar conocimientos, hábitos de conducta e integración de valores orientados a las transformaciones necesarias para alcanzar el desarrollo sustentable en el ámbito del MERCOSUR;
- m) considerar los aspectos culturales, cuando corresponda, en los procesos de toma de decisión en materia ambiental; y
- n) desarrollar acuerdos sectoriales, en temas específicos, conforme sea necesario para la consecución del objeto de este Acuerdo.

Art. 7° Los Estados Partes acordarán pautas de trabajo que contemplen las áreas temáticas previstas como Anexo al presente instrumento, las cuales son de carácter enunciativo y serán desarrolladas en consonancia con la agenda de trabajo ambiental del MERCOSUR.

CAPITULO IV
Disposiciones Generales

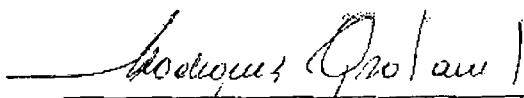
Art. 8° Las controversias que surgieran entre los Estados Partes respecto de la aplicación, interpretación o incumplimiento de las disposiciones contempladas en el presente Acuerdo serán resueltas por medio del sistema de solución de controversias vigente en el MERCOSUR.


Art. 9° El presente Acuerdo tendrá duración indefinida y entrará en vigor, en un plazo de 30 (treinta) días a partir del depósito del cuarto instrumento de ratificación.

Art. 10° La República del Paraguay será la depositaria del presente Acuerdo y demás instrumentos de ratificación.

Art. 11° La República del Paraguay notificará a los gobiernos de los demás Estados Partes la fecha de depósito de los instrumentos de ratificación y de la entrada en vigor del presente Acuerdo.

Hecho en la ciudad de Asunción el 22 de junio de 2001, en un original, en los idiomas portugués y español, siendo ambos textos igualmente auténticos.


Por el Gobierno de la República de
Argentina


Por el Gobierno de la República
Federativa del Brasil


Por el Gobierno de la República del
Paraguay


Por el Gobierno de la República
Oriental del Uruguay

ANEXO AREAS TEMATICAS

1. **Gestión sustentable de los recursos naturales**
 - 1.a. fauna y flora silvestres
 - 1.b. bosques
 - 1.c. áreas protegidas
 - 1.d. diversidad biológica
 - 1.e. bioseguridad
 - 1.f. recursos hídricos
 - 1.g. recursos ictícolas y acuícolas
 - 1.h. conservación del suelo

2. **Calidad de vida y planeamiento ambiental**
 - 2.a. saneamiento básico y agua potable
 - 2.b. residuos urbanos e industriales
 - 2.c. residuos peligrosos
 - 2.d. sustancias y productos peligrosos
 - 2.e. protección de la atmósfera/ calidad del aire
 - 2.f. planificación del uso del suelo
 - 2.g. transporte urbano
 - 2.h. fuentes renovables y/o alternativas de energía

3. **Instrumentos de política ambiental**
 - 3.a. legislación ambiental
 - 3.b. instrumentos económicos
 - 3.c. educación, información y comunicación ambiental
 - 3.d. instrumentos de control ambiental
 - 3.e. evaluación de impacto ambiental
 - 3.f. contabilidad ambiental
 - 3.g. gerenciamiento ambiental de empresas
 - 3.h. tecnologías ambientales (investigación, procesos y productos)
 - 3.i. sistemas de información
 - 3.j. emergencias ambientales
 - 3.k. valoración de productos y servicios ambientales

4. **Actividades productivas ambientalmente sustentables**
 - 4.a. ecoturismo
 - 4.b. agropecuaria sustentable
 - 4.c. gestión ambiental empresarial
 - 4.d. manejo forestal sustentable
 - 4.e. pesca sustentable

[TRANSLATION - TRADUCTION]

FRAMEWORK AGREEMENT ON THE ENVIRONMENT OF MERCOSUR

PREAMBLE

The Argentine Republic, the Federative Republic of Brazil, the Republic of Paraguay and the Eastern Republic of Uruguay, hereinafter referred to as "the States Parties":

Emphasizing the need to cooperate for the protection of the environment and the sustainable use of natural resources, with a view to achieving a better quality of life and sustainable economic, social and environmental development;

Convinced of the benefits of the participation of civil society in the protection of the environment and the sustainable use of natural resources;

Recognizing the importance of cooperation between the States Parties for the purpose of supporting and promoting the implementation of their international commitments to the environment, in conformity with the national legislation and policies in force;

Reaffirming the principles of sustainable development contained in Agenda 21, adopted at the United Nations Conference on Environment and Development in 1992;

Considering that trade and environmental policies should complement one another to ensure sustainable development within the Southern Common Market (MERCOSUR);

Convinced of the importance of a legal framework to facilitate the effective protection of the environment and the sustainable use of natural resources by the States Parties;

Have agreed as follows:

CHAPTER 1. PRINCIPLES

Article 1

The States Parties reaffirm their commitment to the principles set forth in the Rio Declaration on Environment and Development of 1992.

Article 2

The States Parties shall examine the possibility of promoting the implementation of those principles of the Rio Declaration on Environment and Development of 1992 which have not been the subject of international treaties.

Article 3

In their efforts to achieve the objective of the present Agreement and to implement its provisions, the States Parties shall be guided by, inter alia, the following:

(a) Promotion of the protection of the environment and the most effective use of available resources through coordination of sectoral policies, based on the principles of gradualism, flexibility and equilibrium;

(b) Incorporation of an environmental component in sectoral policies and inclusion of environmental considerations in decisions taken within MERCOSUR, in order to enhance integration;

(c) Promotion of sustainable development by means of reciprocal support between the environmental and economic sectors, avoiding the adoption of measures that might arbitrarily or unjustifiably restrict or distort the free movement of goods and services within MERCOSUR;

(d) Giving priority to the causes and sources of environmental problems through a comprehensive approach;

(e) Promotion of the effective participation of civil society in addressing environmental issues; and

(f) Encouragement of the building in of environmental costs through the use of economic and regulatory management tools.

CHAPTER II. PURPOSE

Article 4

The purpose of the present Agreement is the sustainable development and protection of the environment through the coordination of the economic, social and environmental dimensions, thereby contributing to a higher environmental standard and quality of life for people.

CHAPTER III. ENVIRONMENTAL COOPERATION

Article 5

The States Parties shall cooperate in the fulfilment of the international environmental agreements to which they are party. Such cooperation may include, as appropriate, the adoption of common policies for the protection of the environment, the conservation of natural resources, the promotion of sustainable development, the issuance of joint communications on topics of common interest and the exchange of information on national positions in international environmental forums.

Article 6

The States Parties shall deepen the analysis of environmental problems in the sub-region with the participation of the relevant national agencies and organizations of civil society. They shall carry out, inter alia, the following actions:

- (a) Increase exchanges of information on environmental laws, regulations, procedures, policies and practices, as well as their social, cultural, economic and health aspects, in particular, those which may affect trade or competitive positions within MERCOSUR;
- (b) Encourage national environmental policies and instruments with a view to optimizing environmental management;
- (c) Seek to harmonize environmental legislation, taking into account the differing environmental, social and economic realities of the MERCOSUR countries;
- (d) Identify sources of financing for capacity-building in the States Parties, in order to contribute to the implementation of the present Agreement;
- (e) Help to promote environmentally sound and safe working conditions so as to make it possible to improve the quality of life, social welfare and job creation within a sustainable development framework;
- (f) Help to ensure that other MERCOSUR forums and agencies give appropriate and timely consideration to the relevant environmental aspects;
- (g) Promote the adoption of environmentally sound policies, production processes and services;
- (h) Encourage scientific research and the development of clean technologies;
- (i) Promote the use of economic instruments to support the execution of sustainable development and environmental protection policies;
- (j) Encourage the harmonization of legal and institutional guidelines for the purpose of preventing, controlling and mitigating environmental impact on the States Parties, with particular reference to border areas;
- (k) Provide timely information on environmental disasters and emergencies that may affect the other States Parties and, where possible, technical and operational support;
- (l) Promote formal and informal environmental education and foster knowledge, patterns of conduct and integration of values aimed at producing the changes necessary to achieve sustainable development within MERCOSUR;
- (m) Consider cultural aspects, where appropriate, in the environmental decision-making process; and
- (n) Develop sectoral agreements on specific issues as needed for the achievement of the purpose of the present Agreement.

Article 7

The States Parties shall agree on guidelines for their work which shall include the thematic areas covered in the annex to this Agreement, shall be indicative in nature, and shall be developed in coordination with the environmental agenda of MERCOSUR.

CHAPTER IV. GENERAL PROVISIONS

Article 8

Any disputes arising between the States Parties with respect to the application, interpretation or non-fulfilment of the provisions contained in the present Agreement shall be resolved by means of the dispute settlement system in force in MERCOSUR.

Article 9

The present Agreement shall remain in force indefinitely and shall enter into force within a period of 30 days after the deposit of the fourth instrument of ratification.

Article 10

The Republic of Paraguay shall be the depositary of the present Agreement and other instruments of ratification.

Article 11

The Republic of Paraguay shall notify the Governments of the other States Parties of the date of deposit of the instruments of ratification and of the entry into force of the present Agreement.

DONE at Asunción on 22 June 2001, in one original copy in the Portuguese and Spanish languages, both texts being equally authentic.

For the Government of the Argentine Republic:

[ILLEGIBLE]

For the Government of the Federative Republic of Brazil:

[ILLEGIBLE]

For the Government of the Republic of Paraguay:

[ILLEGIBLE]

For the Government of the Eastern Republic of Uruguay:

[ILLEGIBLE]

ANNEX

THEMATIC AREAS

- I. Sustainable management of natural resources
 - 1 (a) Wild fauna and flora
 - 1 (b) Forests
 - 1 (c) Protected areas
 - 1 (d) Biological diversity
 - 1 (e) Biosecurity
 - 1 (f) Water resources
 - 1 (g) Fisheries and aquatic resources
 - 1 (h) Soil conservation

2. Quality of life and environmental planning
 - 2 (a) Basic sanitation and drinking water
 - 2 (b) Urban and industrial waste
 - 2 (c) Hazardous waste
 - 2 (d) Hazardous substances and products
 - 2 (e) Protection of the atmosphere/air quality
 - 2 (f) Land use planning
 - 2 (g) Urban transport
 - 2 (h) Renewable and/or alternative energy sources

3. Environmental policy instruments
 - 3 (a) Environmental legislation
 - 3 (b) Economic instruments
 - 3 (c) Environmental education, information and communication
 - 3 (d) Environmental monitoring instruments
 - 3 (e) Environmental impact studies
 - 3 (f) Environmental accounting
 - 3 (g) Environmentally conscious business management
 - 3 (h) Environmental technologies (research, processes and products)
 - 3 (i) Information systems
 - 3 (j) Environmental emergencies
 - 3 (k) Valuation of environmental products and services

- 4. Environmentally sustainable productive activities
 - 4 (a) Ecotourism
 - 4 (b) Sustainable agriculture
 - 4 (c) Environmentally conscious business management
 - 4 (d) Sustainable forest management
 - 4 (e) Sustainable fishing

[TRANSLATION - TRADUCTION]

ACCORD-CADRE RELATIF À L'ENVIRONNEMENT DU MERCOSUR

PRÉAMBULE

La République d'Argentine, la République fédérative du Brésil, la République du Paraguay et la République orientale de l'Uruguay, ci-après dénommées " les États parties " :

Soulignant la nécessité de coopérer dans le domaine de la protection de l'environnement et de l'utilisation viable du développement économique, social et écologique ;

Convaincues des avantages que représente la participation de la société civile dans la protection de l'environnement et l'utilisation viable des ressources naturelles ;

Reconnaissant l'importance d'une coopération entre les États parties dans le but d'appuyer et de promouvoir la mise en oeuvre de leurs engagements internationaux vis-à-vis de l'environnement, conformément à leurs législations et politiques nationales en vigueur ;

Réaffirmant les principes d'un développement viable contenus dans l'Ordre du jour 21 adopté lors de la Conférence des Nations Unies sur l'environnement et le développement de 1992 ;

Considérant que leurs politiques commerciales et écologiques devraient être mutuellement complémentaires afin d'assurer un développement viable au sein du Marché commun du sud (MERCOSUR) ;

Convaincues de l'importance d'un cadre juridique afin de faciliter la protection effective de l'environnement et l'utilisation viable des ressources naturelles par les États parties ;

Sont convenues de ce qui suit :

CHAPITRE PREMIER. PRINCIPES

Article premier

Les États parties réaffirment leur engagement à l'égard des principes stipulés dans la Déclaration de Rio sur l'environnement et le développement de 1992.

Article 2

Les États parties examineront la possibilité de faciliter la mise en oeuvre des principes de la Déclaration de Rio sur l'environnement et le développement de 1992 qui n'ont pas fait l'objet de traités internationaux.

Article 3

Dans leurs efforts afin de réaliser l'objectif du présent Accord et de mettre en oeuvre les dispositions de ce dernier, les États parties seront guidés, entre autres, par les éléments ci-après :

- a. Promotion de la protection de l'environnement et de l'utilisation la plus efficace des ressources disponibles grâce à la coordination des politiques sectorielles, sur la base des principes de graduation, souplesse et équilibre ;
- b. Incorporation d'un élément écologique dans les politiques sectorielles et inclusion de considérations écologiques dans les décisions prises au sein du MERCOSUR, afin de favoriser l'intégration ;
- c. Promotion d'un développement viable grâce à un appui réciproque entre les secteurs écologiques et économiques en évitant l'adoption de mesures susceptibles de limiter ou fausser de façon arbitraire ou injustifiable le libre mouvement des biens et des services au sein du MERCOSUR ;
- d. Attribution de la priorité aux causes et aux sources des problèmes écologiques grâce à une approche globale ;
- e. Promotion de la participation effective de la société civile s'agissant de s'attaquer aux problèmes ayant trait à l'environnement ; et
- f. Encouragement de l'inclusion des coûts ayant trait à l'environnement grâce à l'utilisation d'instruments de gestion économique et de réglementation.

CHAPITRE II. OBJECTIF

Article 4

Le présent Accord a pour objectif le développement et la protection viables de l'environnement grâce à la coordination des dimensions économiques, sociales et écologiques, contribuant ainsi à relever les normes environnementales et à améliorer la qualité de vie des populations.

CHAPITRE III. COOPÉRATION ENVIRONNEMENTALE

Article 5

Les États parties coopéreront en ce qui concerne la mise en oeuvre des accords environnementaux internationaux auxquels elles sont parties. Ladite coopération pourra inclure, le cas échéant, l'adoption de politiques communes pour la protection de l'environnement, la conservation des ressources naturelles, la promotion d'un développement viable, la publication de communications conjointes ayant trait aux questions d'un intérêt commun et l'échange d'information concernant les positions nationales respectives dans le cadre des tribunes internationales sur l'environnement.

Article 6

Les États parties approfondiront l'analyse des problèmes environnementaux dans cette partie de la région avec la participation des organismes et institutions nationaux pertinents de la société civile. Ils prendront, notamment, les initiatives ci-après :

- a. Accroître les échanges de renseignements concernant les lois, règlements, procédures, politiques et pratiques ayant trait à l'environnement ainsi que leurs aspects sociaux, culturels, économiques et sanitaires, notamment ceux susceptibles d'avoir des effets sur les échanges commerciaux ou la concurrence au sein du MERCOSUR ;
- b. Encourager les politiques et instruments nationaux ayant trait à l'environnement afin de maximiser la gestion de l'environnement ;
- c. S'efforcer d'harmoniser leurs législations environnementales nationales, en tenant compte des réalités écologiques, sociales et économiques propres à chaque pays du MERCOSUR ;
- d. Identifier des sources de financement en vue de renforcer la capacité des États parties, afin de contribuer à la mise en oeuvre du présent Accord ;
- e. Aider à promouvoir des conditions de travail dépourvues de risques et saines sur le plan de l'environnement afin de permettre d'améliorer la qualité de vie, le bien-être social et la création d'emplois dans le cadre d'un développement viable ;
- f. Contribuer à assurer que toutes tribunes et agences du MERCOSUR accordent une considération appropriée et en temps voulu aux aspects environnementaux pertinents ;
- g. Favoriser l'adoption de politiques, processus de production et services dépourvus de risques sur le plan de l'environnement;
- h. Encourager la recherche scientifique et le développement de technologies non polluantes;
- i. Promouvoir l'utilisation d'instruments économiques afin d'appuyer la mise en oeuvre de politiques de développement et de protection de l'environnement viables;
- j. Encourager l'harmonisation des directives juridiques et institutionnelles afin de prévenir, maîtriser et atténuer les effets sur l'environnement sur le territoire des États parties, notamment en ce qui concerne les zones frontalières;
- k. Fournir en temps voulu des renseignements concernant les catastrophes et les situations d'urgence écologiques susceptibles d'affecter les autres États parties et, si possible, fournir un soutien technique et opérationnel;
- l. Encourager l'enseignement institutionnel ou informel en matière d'environnement ainsi que la connaissance, l'application et l'intégration des valeurs visant à produire les changements nécessaires pour parvenir à un développement viable au sein du MERCOSUR;
- m. Considérer les aspects culturels, le cas échéant, du processus de prises de décisions dans le domaine de l'environnement; et
- n. Établir des accords sectoriels concernant des questions spécifiques si nécessaire pour réaliser l'objectif du présent Accord.

Article 7.

Les États parties conviendront de directives de travail incluant les zones thématiques couvertes dans l'Annexe au présent Accord, fournissant des indications et qui seront établies en coordination avec l'ordre du jour environnemental du MERCOSUR.

CHAPITRE IV. DISPOSITIONS GÉNÉRALES

Article 8

Tout différend survenant entre les États parties en ce qui concerne l'application, l'interprétation ou la non application des dispositions contenues dans le présent Accord seront résolus dans le cadre du système de règlement des différends en vigueur dans la zone du MERCOSUR.

Article 9

Le présent Accord restera en vigueur pendant une période indéterminée et entrera en vigueur dans les 30 jours après le dépôt du quatrième instrument de ratification.

Article 10

La République du Paraguay sera le dépositaire du présent Accord et des autres instruments de ratification.

Article 11

La République du Paraguay notifiera aux Gouvernements des autres États parties la date de dépôt des instruments de ratification et la date d'entrée en vigueur du présent Accord.

Fait à Asunción le 22 juin 2001, en une copie originale dans les langues portugaise et espagnole, les deux textes faisant également foi.

Pour le Gouvernement de la République d'Argentine :

[ILLISIBLE]

Pour le Gouvernement de la République fédérative du Brésil :

[ILLISIBLE]

Pour le Gouvernement de la République du Paraguay:

[ILLISIBLE]

Pour le Gouvernement de la République orientale de l'Uruguay :

[ILLISIBLE]

ANNEXE

ZONES THÉMATIQUES

1. Gestion viable des ressources naturelles
 - 1 a Faune et flore sauvages
 - 1 b Forêts
 - 1 c Zones protégées
 - 1 d Diversité biologique
 - 1 e Biosécurité
 - 1 f Ressources en eau
 - 1 g Pêcheries et ressources aquatiques
 - 1 h Conservation des sols

2. Qualité de la vie et planification de l'environnement
 - 2 a Assainissement de base et eau potable
 - 2 b Déchets urbains et industriels
 - 2 c Déchets dangereux
 - 2 d Substances et produits dangereux
 - 2 e Protection de l'atmosphère et de la qualité de l'air
 - 2 f Plan d'occupation des sols
 - 2 g Transports urbains
 - 2 h Sources d'énergie renouvelable et/ou de substitution

3. Instruments de politique environnementale
 - 3 a Législation environnementale
 - 3 b Instruments économiques
 - 3 c Éducation, informations et communications ayant trait à l'environnement
 - 3 d Instruments de suivi de l'environnement
 - 3 e Études d'impact écologique
 - 3 f Comptabilité de l'environnement
 - 3 g Gestion des entreprises tenant compte de l'environnement
 - 3 h Technologies de l'environnement (recherche, procédés et produits)
 - 3 i Systèmes d'information
 - 3 j Situations d'urgence ayant trait à l'environnement
 - 3 k Évaluation des produits et services environnementaux

- 4. Activités de production viables sur le plan de l'environnement
 - 4 a Écotourisme
 - 4 b Agriculture viable
 - 4 c Gestion des entreprises tenant compte de l'environnement
 - 4 d Gestion viable des forêts
 - 4 e Activités viables de pêche